

4468 Perguntas e respostas

Em 1983 o ouro contribuiu com 71% da receita do IUM (Imposto Único sobre Minerais) do Pará. No ano passado, essa participação baixou para 29%. Como nenhuma outra atividade conseguiu preencher o vácuo deixado pela inatividade de Serra Pelada, não houve crescimento real na arrecadação de IUM do Estado. Com preço corrigido, ela foi de 17,6 bilhões de cruzeiros, a mesma de 1983.

Houve uma queda de quase 41% na produção física de ouro das principais regiões de garimpo, de onde foram extraídas 18,3 toneladas em 1984, contra 30,8 toneladas no ano anterior. Esta redução, mais uma vez, foi puxada por Serra Pelada, que apresentou um rendimento muito baixo devido à paralisação das atividades durante boa parte do ano.

Estes números mostram que a questão mineral — especialmente o problema do ouro e, especificamente, o dos garimpos — já não pode mais ser tratada de “assuntada”. É preciso estabelecer uma visão ao mesmo tempo realista e competente, capaz de trazer os melhores dividendos para o Estado.

O garimpo precisa deixar de ser considerado tema de campanha eleitoral, nem pode ser encarado pelo prisma do impacto emocional. Ainda que as autoridades locais e os atores endógenos da trama queiram manter a abordagem amadorística do problema, nota-se um ingresso acelerado de novos personagens, que não vêm para cá com a intenção de fazer turismo. O Pará é o maior produtor de ouro do país, tem e terá cada vez mais peso internacional. Precisa reenquadrar-se a esta

postura.

Serra Pelada vive, no momento, uma crise de identidade. A situação anterior, que se sustentava no monolitismo da dominação política, espera apenas o 15 de março para formalizar a sua morte. A luz do sol deve começar a iluminar a paisagem, afastando os personagens que só conseguem ser ágeis na penumbra. Vai ser preciso rever o processo de organização e a própria tessitura jurídica montada às pressas para dar feição de normalidade a uma circunstância típica.

O comando do garimpo está nas mãos de uma cooperativa. É uma experiência formal nova. Mas apenas formal. Na prática, não há muita diferença em relação a outros garimpos, a não ser pela roupagem burocrática, extremamente pesada, que foi imposta. Há uma nomenclatura no garimpo, com poderes que, até recentemente, eram plenos — e salários apetitosos. Já houve duas mudanças na direção da cooperativa. É iminente uma terceira. Mas os problemas aumentam.

As reclamações filtradas de Serra Pelada são múltiplas. Diz uma delas que na Pedra Preta, onde existem 300 barrancos (ou lotes de mineração), foram assentados 500 “donos”. Há muitas “catas” superpostas. Os critérios de distribuição não são muito públicos. E, com esses erros (ou irregularidades), começa a configurar-se um conflito sério.

Esta é uma situação que exigirá atenção a partir de 15 de março, se antes não ocorrer alguma irrupção. Serra Pelada é a maior unidade econômica produtiva do Pará, com todas as suas distorções. Merece cuidado.

Mas também é preciso acompanhar com cuidado o projeto que está sendo implantado no Tapajós. Depois de ter criado uma bagunça legal e estimulado um

vasto campo de atritos, o governo diz estar querendo promover uma convivência pacífica e produtiva entre empresas e garimpeiros. Estes ficarão com uma área de 12 mil quilômetros quadrados para exercer suas atividades, enquanto às 28 empresas que já aceitaram investir na região serão reservados 16 mil quilômetros quadrados.

O Tapajós é a maior zona produtora de ouro do país. De lá saíram, no ano passado, 15 toneladas. O governo está certo de poder obter o dobro brevemente. É o resultado do esforço de milhares de garimpeiros espalhados por dezenas de garimpos, trabalhando em condições precaríssimas, sem o menor vislumbre de estabilidade social. O que eles temem agora é ser transformados em simples assalariados das empresas que estão ingressando na região. Não chega a ser uma hipótese trágica. Mas eles poderiam se tornar produtores autônomos.

O ponto de equilíbrio dificilmente será atingido se tratamentos desiguais não forem dispensados a entidades distintas. A infra-estrutura que começa a ser montada, centrada da rodovia que ligará a Santarém-Cuiabá ao Tapajós, parece existir muito mais em função das empresas. Ainda que fosse uma ação equitativa, os mais fortes certamente usufruirão melhor do que os mais fracos, sendo igual o acesso a todos.

É evidente que as questões não se esgotam no dualismo do forte e do fraco, do maior e do menor. Elas são muito mais complexas do que sugerem suas aparências. O que preocupa é o alheamento do Estado e de todos os paraenses desses problemas decisivos, com reflexos tão profundos e imediatos como o ouro, os garimpos e a política mineral. Se este é o momento para começar a fazer as perguntas sufocadas tanto tempo na garganta, também é a ocasião de buscar as respostas. Já.